

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VENDAS NOVAS



SESSÃO DE SETEMBRO

ATA N.º 5/2025

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VENDAS NOVAS

Ata n.º 05/2025

1. Aos vinte e nove dias do mês de setembro do ano dois mil e vinte e cinco, no Fórum Cultural "A Praça", teve lugar uma Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Vendas Novas, com início às 21 horas e 01 minuto, tendo estado presentes os seguintes membros: Hermínia Maria Viegas Henriques, Aníbal José Serelha Lopes da Silva, Ana Sofia Martins Vaz Rebelo, Paulo Jorge Piteira Campino, Marisa Isabel de Sousa Trigueirão, Daniel dos Santos Cardoso, Maria Clara Cardoso Pereira, Paula Maria S. Guerreiro Rocharte Valentim, Sandra Maria Patuleia Grilo (PS), João Carlos de Carvalho Branco Perdigão Marquês, António Manuel Louro Prata, Sónia Isabel Matias de Carvalho Grulha, Tomás Maria de Sousa Cardoso Marques e Maria Manuela Alminha Passão Moura (PPD/PSD.CDS-PP), Maria João A. B. de Almeida e Silva Luz, José Manuel Batista Leitão e Orlando António das Neves Dias (PCP-PEV).
2. A Câmara Municipal esteve representada pelo Presidente da Câmara Municipal, Valentino Cunha, pela Vice-Presidente da Câmara Municipal, Susana Gonçalves, pelos Vereadores, Ricardo Videira, Luís Matias e Tiago Aldeias e pelo Chefe da DAF, Hélder Fernandes.
3. A **Presidente da Assembleia Municipal**, saudou todos os presentes na Assembleia Municipal, o público presente, todos os Vendasnovenses que estavam a ver através do Facebook do Município e aos funcionários que estavam a dar apoio à Assembleia.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

4. Foi apresentado para votação pela **Presidente da Assembleia Municipal** o **Projeto de Ata n.º 4/2025**, referente à sessão realizada no dia 30 de junho de 2025.
5. Não havendo intervenções, o documento foi posto a votação, tendo sido **aprovado**, por **unanimidade**, o **projeto de ata n.º 4/2025**, referente à sessão realizada no dia 30 de junho de 2025.
6. Não participou na discussão e votação o Membro Paulo Jorge Piteira Campino, por não ter estado presente na sessão em causa.
7. A **Presidente da Assembleia Municipal** solicitou à Bancada do PCP-PEV que apresentasse a Moção.
8. Foi apresentada pelo **Membro José Leitão**, em representação da Bancada PCP-PEV a **Moção "Em defesa dos direitos dos trabalhadores". (Anexo 39/25)**
9. A **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à discussão o documento apresentado.
10. Não havendo intervenções, a **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o documento a votação, sendo **aprovada, por maioria**, com 12 votos a favor (9 do PS e 3 da PCP-PEV) e com 5 votos contra (PPD/PSD.CDS-PP), a **Moção "Em defesa dos direitos dos trabalhadores"**.
11. A **Presidente da Assembleia Municipal** solicitou à Bancada do PCP-PEV que apresentasse a segunda Moção.

12. Foi apresentada pelo **Membro Orlando Dias**, em representação da Bancada PCP-PEV a **Moção "Pela defesa do Serviço Nacional de Saúde e pela melhoria dos cuidados de saúde". (Anexo 40/25)**
13. A **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à discussão o documento apresentado.
14. Não havendo intervenções, a **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o documento a votação, sendo **aprovado**, por **maioria**, com 12 votos a favor (9 do PS e 3 do PCP-PEV) e 5 votos contra (PPD/PSD.CDS-PP), a **Moção "Pela defesa do Serviço Nacional de Saúde e pela melhoria dos cuidados de saúde"**.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1.º ponto – Regulamento Municipal de Ação Social Escolar e outros Complementos Educativos

15. A **Presidente da Assembleia Municipal**, colocou à discussão o 1.º ponto da ordem de trabalhos e deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, para que fosse feita a respetiva introdução. O mesmo passou a palavra à Vice-Presidente da Câmara Municipal, Susana Gonçalves.
16. A **Vice-Presidente da Câmara Municipal**, realizou um breve resumo do ponto em questão.
17. O **Membro José Leitão**, mencionou que, na linha do que já foi a votação da CDU na Reunião de Câmara Municipal, vão votar contra o Regulamento, porque não veem atendidas as questões que levantaram, nomeadamente o aspeto de se dizer que as candidaturas à ação social escolar do ano letivo seguinte apenas serão aceites se não houver situação de dívida ao município, sob pena de serem inviabilizadas caso a regularização não ocorra.
18. Referiu que as crianças não têm culpa do comportamento dos pais e uma tal exclusão da ação social escolar é um contributo para a segregação dessas crianças.
19. Consideram que a situação deveria ser analisada, caso a caso, pelo serviço de ação social da Câmara para chegar a uma conclusão que não sendo uma questão meramente administrativa.
20. Mencionou que Regulamento deveria ser claro e definir as regras sem carácter dúbio, o que não acontece no artigo 16.º, no número 2.º, em que se diz que "as fichas de atividades manuais escolares", não sendo definido qual a procedimento correto.
21. E no artigo 17.º refere "que compete às Câmaras Municipais", devendo dizer que compete à Câmara Municipal.
22. Não havendo mais intervenções, a **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o documento a votação, sendo **aprovado**, por **maioria**, com 14 votos a favor (9 do PS e 5 do PPD/PSD.CDS-PP) e 3 votos contra (PCP-PEV), **aprovar o Regulamento Municipal de Ação Social Escolar e outros complementos educativos do Município de Vendas Novas**.

2.º ponto – Alteração do Alvará de Loteamento n.º 3/88, de 30.09.1988 – (Lote 4), em Vendas Novas – Afetação de bens do domínio público

23. A **Presidente da Assembleia Municipal**, colocou à discussão o 2.º ponto da ordem de trabalhos e deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, para que fosse feita a respetiva introdução.
24. O **Presidente da Câmara Municipal**, realizou um breve resumo do ponto em questão.
25. Não havendo intervenções, a **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o documento a votação, sendo **aprovado**, por **unanimidade**, **aprovar a afetação da área destinada a estacionamento, arruamentos e espaços verdes do Loteamento n.º 3/88, atualmente afeta ao Lote 4 (domínio privado municipal), para o domínio público municipal, resultando o Lote 4 com uma área de total de 2.100,00 m² e a área de cedência com uma área total de 1.600,00 m².**

3.º ponto – Alteração por Adaptação do Plano de Urbanização da Landeira

26. A **Presidente da Assembleia Municipal**, colocou à discussão o 3.º ponto da ordem de trabalhos e deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, para que fosse feita a respetiva introdução.
27. O **Presidente da Câmara Municipal**, realizou um breve resumo do ponto em questão.
28. **A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**

4.º ponto – Proposta de aprovação da Operação de Reabilitação Urbana (ORU) da Landeira

29. A **Presidente da Assembleia Municipal**, colocou à discussão o 4.º ponto da ordem de trabalhos e deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, para que fosse feita a respetiva introdução.
30. O **Presidente da Câmara Municipal**, realizou um breve resumo do ponto em questão.
31. Não havendo intervenções, a **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o documento a votação, sendo **aprovado**, por **maioria**, com 9 votos a favor (PS) e 8 abstenções (5 PPD/PSD.CDS-PP e 3 PCP-PEV), **aprovar a versão final do projeto de Operação de Reabilitação Urbana (ORU) da Landeira.**

5.º ponto – 2.ª Alteração ao Mapa de Pessoal para 2025

32. A **Presidente da Assembleia Municipal**, colocou à discussão o 5.º ponto da ordem de trabalhos e deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, para que fosse feita a respetiva introdução.
33. O **Presidente da Câmara Municipal**, realizou um breve resumo do ponto em questão.
34. O **Membro José Leitão**, mencionou que vão votar contra extinção dos postos de trabalho, por considerarem que seria importante haver uma equipa afeta ao serviço de desporto para fazer face às manutenções diárias necessárias e que poderia dar apoio também às escolas, sem necessitar de pedir apoio ao COPAE para essas intervenções.
35. O **Presidente da Câmara Municipal**, concordou com a intervenção do Membro José Leitão, esclareceu que, face à escassez de recursos humanos nas áreas especializadas, nomeadamente no caso de pedreiro, tem tentado concentrar a mão de obra especializada na divisão operacional, por forma a que mais facilmente se possa gerir o pessoal e as várias tarefas que tem de fazer.

36. No caso proposto, estaria um pedreiro afeto a todo o parque desportivo, eventualmente às escolas, mas acreditam que, numa questão de ganhar escala e de mais rapidamente conseguirem fazer os vários trabalhos que tem de um lado e do outro, com a escassez de recursos humanos especializados nessa área, que faz mais sentido concentrá-los no COPAE, não inviabilizando que no futuro se possa fazer rapidamente uma alteração ao mapa de pessoal.
37. O **Membro José Leitão**, mencionou que tem conhecimento da escassez de trabalhadores, mas podia-se evitar extinguir-se do mapa de pessoal os postos de trabalho e que ao recorrer ao COPAE e não havendo pessoal disponível vai-se contratar empresas privadas para fazer o trabalho, estando frontalmente contra.
38. O **Presidente da Câmara Municipal**, esclareceu que não é objetivo do Executivo fazer a contratação de empresas para algum tipo de trabalho de construção ou manutenção para o parque desportivo municipal. O que precisam é resolver problemas imediatos, que servirá durante mais três meses, recrutando os assistentes de equipamentos desportivos que lhe fazem falta, sem prejudicar aquilo que possam ser eventuais decisões em continuidade ou em contrariedade com aquilo que é decidido no momento.
39. O **Membro José Leitão**, mencionou que o Presidente da Câmara Municipal foi aquele que mais prestações de serviços contratou na Câmara.
40. O **Presidente da Câmara Municipal**, esclareceu que todas as prestações de serviços que contrataram foram na estrita necessidade daquilo que o município precisa para cumprir com algumas áreas para as quais não existia capacidade operacional nos vários concursos que fizeram.
41. Não havendo mais intervenções, a **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o documento a votação, sendo **aprovado**, por **maioria**, com 9 votos a favor (PS), 3 votos contra (PCP-PEV) e 5 abstenções (PPD/PSD.CDS-PP), **aprovar a Alteração ao Mapa de Pessoal do Município para o ano de 2025, com efeitos a 1 de outubro de 2025, consubstanciada na extinção de dois postos de trabalho na categoria de assistente operacional no Serviço de Desporto da Divisão de Investimento no Desenvolvimento Humano, um na atividade de pedreiro e um na atividade de assistente operacional, e na criação de dois postos de trabalho no mesmo Serviço, na categoria de assistente operacional e na atividade de assistente de equipamento desportivo.**

6.º ponto – Informação do Revisor Oficial de Contas sobre a situação económica e financeira do Município de Vendas Novas à data de 30 de junho de 2025

42. A **Presidente da Assembleia Municipal**, colocou à discussão o 6.º ponto da ordem de trabalhos e deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, para que fosse feita a respetiva introdução.
43. O **Presidente da Câmara Municipal**, realizou um breve resumo do ponto em questão.
44. O **Membro José Leitão**, referiu que a execução de 14,93% do plano plurianual de investimento foi baixa tal como o plano de atividades municipais de 39,53%, sendo demonstrativo das dificuldades da capacidade de execução da Câmara, do que se comprometeu, esperando que futuramente seja alterada a baixa execução.
45. Mencionou que em relação às fontes de financiamento da União Europeia com o valor de 233.211,58 euros, em termos de receita, acha que é uma situação grave, sendo evidente que no caso desses financiamentos não anda conforme o pretendido, mas conforme as entidades que gerem estas fontes de financiamento e algumas arrastam-se durante anos para conseguir fechar as operações.

46. O **Presidente da Câmara Municipal**, informou o Membro José Leitão que à data de 25 de setembro a execução do PAM era de 61%, mencionou que tem de se perceber o que está por detrás dos números e que existe a sazonalidade dos gastos.
47. Esclareceu que após o documento ser emitido pelo Revisor Oficial de Contas, a execução do PAM teve um aumento devido a procedimentos que foram lançados, concursos relativamente ao ano letivo e eventos culturais que decorreram durante o verão e que foram registados à posteriori.
48. No que diz respeito, tanto em PAM como em PPI, mencionou que a diferença entre aquilo que é o cabimento que tem registado e aquilo que são os pagamentos de despesas. Antes de proceder ao pagamento da despesa, tem de se ter salvaguardado o destino a dar e, adicionalmente, enquanto autarquia, só fazem o pagamento das despesas, em qualquer uma delas, ou na sua grande maioria, no final de cada uma das fases, se assim tiver contratualizado, ou no final da execução propriamente dita dessa despesa e, às vezes, até posterior à execução, depois de se aferir que as coisas estão em condições.
49. No que diz respeito ao PPI mencionou que existem alguns procedimentos que, infelizmente, não serão concretizados durante o presente ano e outros que já estão a decorrer, mas que ainda não foram pagos porque ainda não é o momento de se proceder ao seu pagamento.
50. Referiu que à data de 25 de setembro, a execução do PPI era de 21% de despesa paga, mas a despesa compromissada é superior. E que, nesse PPI, o que influencia são dois ou três projetos que não vão ser concretizados no presente ano, um deles é a Loja do Cidadão, já tendo explicado que os três concursos ficaram desertos e que a Agência para a Administração Administrativa informou que haveria a possibilidade de reforço financeiro do projeto, mas o que gostariam seria o aumento do prazo de execução da obra, não querendo correr o risco de lançar um concurso com um ano e meio, dois anos de execução da obra, mesmo com um novo financiamento, sem terem a garantia, por parte da tutela, de que, por a obra terminar ou ser executada depois do término do PRR, que a Câmara Municipal terá, por alguma razão, de repor verbas desse financiamento. E julga que o que vai acontecer, é o PRR vai ser prorrogado na véspera e na véspera continuam a não ter tempo de executar as coisas porque é só mais um ano e um ano não dá para fazer a obra.
51. Mencionou que em relação aos projetos das pavimentações, que era um bolo grande do Orçamento Municipal, lançaram o procedimento no final do ano passado do projeto da rede viária que vão intervencionar. A empresa vencedora apresentou uma proposta sensivelmente com metade do valor base do procedimento e foi contratada, estando-se a analisar formas de impor eventualmente sanções contratuais, por os projetos estarem muito atrasados quando eram para estarem concluídos em abril ou maio.
52. Referiu que tiveram de resolver a questão da Rua do Bocage, em que foi necessário prolongar a descarga de águas pluviais por uns 140 metros, mas como o projeto vem em bolo, ainda não puderam fechar o processo, seguindo a revisão do projeto e depois é que pode ser lançado o concurso da empreitada, o que está a influenciar os valores do PPI, tais como a requalificação de quatro parques infantis, a requalificação dos passeios, o plano de urbanização dos Foros da Misericórdia, projeto do Loteamento de São Domingos Sávio, o Plano de Pormenor do Parque Industrial, o CLDS, o projeto de requalificação e ampliação da Escola EB1 e Secundária, a Escola dos Campos da Rainha. Não sendo desculpas o que apresenta, mas a realidade.
53. O **Membro Tomás Marques**, mencionou que as execuções continuam a ser muito baixas, que os projetos não saem do papel, como a Loja do Cidadão, prejudicando os Vendasnovenses com promessas que nunca virão a luz do dia.

54. O **Membro José Leitão**, referiu que o facto de começarem os projetos tardiamente dificulta a contratação de empresas quando se tem 308 autarquias a fazer o mesmo. Entende que o código dos contratos públicos é complexo e que dificulta a execução, mas o facto de se começar tardiamente, origina a baixa taxa de execução, não se pensando no bem-estar da população, mas nas eleições.
55. O **Presidente da Câmara Municipal**, esclareceu que crê que a execução do Orçamento, no que diz respeito principalmente ao PPI, ainda vai aumentar até ao final do ano, havendo muitos projetos que estão na fase de passar ao seu pagamento tendo impactos relevantes no orçamento, não tem dúvidas que se a previsão de intervenções na rede viária for concretizada, possam fazer o reconhecimento de que o trabalho foi feito previamente para que as coisas aconteçam.
56. Mencionou que o Membro José Leitão se contradiz na sua intervenção em relação ao CCP e concordando que o CCP é complexo e que dificulta muito a execução, não se pode dizer que é preciso trabalhar atempadamente para prevenir tudo aquilo que é o CCP e, depois, achar que as coisas aparecem milagrosamente no tempo das eleições, porque existe um trabalho que é feito antecipadamente e para o qual estiveram a fazer projetos e a fazer contratações, que demoram o seu tempo.
57. Referiu que nos seus vinte meses de mandato em frente à frente da Câmara Municipal iniciaram muitos procedimentos da estaca zero, como as pavimentações, a requalificação das três escolas, a EBN1 e a Secundária, a Escola Campos da Rainha e a Escola de Bombel com o objetivo de concretizar no curto espaço de tempo, deixando as condições para quem vier a seguir possa fazer mais pelo Concelho.

58. **A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**

7.º ponto – Plano de Saneamento Financeiro e Consolidação Orçamental do Município de Vendas Novas

59. A **Presidente da Assembleia Municipal**, colocou à discussão o 7.º ponto da ordem de trabalhos e deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, para que fosse feita a respetiva introdução.
60. O **Presidente da Câmara Municipal**, realizou um breve resumo do ponto em questão.
61. O **Membro José Leitão**, mencionou que o anterior Presidente da Câmara, enquanto membro da Assembleia Municipal pelo PS, dizia que o plano de saneamento financeiro ia levar a Câmara à falência, tendo o mesmo chegado presentemente ao fim e a Câmara não faliu.

62. **A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**

8.º ponto – INFORMAÇÃO DA ATIVIDADE MUNICIPAL.

63. A **Presidente da Assembleia Municipal**, colocou à discussão o 8.º ponto da ordem de trabalhos e deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, para que fosse feita a respetiva introdução.
64. O **Presidente da Câmara Municipal**, realizou um breve resumo do ponto em questão.
65. **A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**



PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

66. O **Munícipe Jorge Alcobia**, mencionou que nos últimos trinta dias tem sido só anúncios do Presidente da Câmara Municipal, questionando-o se não considera isso eleitoralismo por se estar perto das eleições.
67. O **Presidente da Câmara Municipal**, mencionou que não.
68. O **Munícipe Jorge Galveias**, deixou a preocupação sobre o último comboio Intercidades que parte de Lisboa por volta de 19 horas para Vendas Novas e que dificulta a vida de quem trabalha ou estuda em Lisboa. Mencionou que se deveria pensar na reativação do ramal Setil/Vendas Novas para passageiros e deixar de ser só para mercadorias. E sobre a sala de espera da estação estar fechada permanentemente e que obriga os utentes a estarem ao frio, à chuva ou ao calor, tal como o encerramento da bilheteira, não fazendo sentido.
69. Estando o cemitério de Vendas Novas sobre a concessão de uma empresa privada, e sendo os funcionários da Câmara muitas vezes fazem a manutenção, questionou como se paga a uma empresa privada que não está a cumprir o seu contrato.
70. O **Presidente da Câmara Municipal**, esclareceu que tem um contrato com a empresa que presta serviços operacionais no cemitério, estando a monitorizar o contrato para que, nas questões em que a empresa não cumpra, possam acionar alguns meios legais que estão naturalmente previstos, não impedindo que a Câmara Municipal, através de seus funcionários, faça trabalhos no cemitério, nomeadamente, em questões mais relacionadas com trabalhos de construção civil que são necessários no cemitério e outros trabalhos que não estão previstos no contrato de prestação de serviços operacionais que está em vigor.
71. No que diz respeito às questões levantadas no âmbito da ferrovia, mencionou que, por várias vezes, temos interagido tanto com o Governo como com a CP.
72. Referiu que a questão da bilheteira e da sala de espera não é uma questão simples, a bilheteira física com atendimento presencial, não é uma questão simples, tendo em conta que não há, de momento, espaço disponível na estação para, ou pelo menos que não tenham uma ocupação, para providenciar essas duas tipologias de serviços.
73. Esclareceu que tem interagido com as Infraestruturas de Portugal, empresa que gere a infraestrutura, embora não lhe pareça, das interações que tiveram, que haja muita vontade, em fazer investimentos estruturais na estação.
74. Mencionou que a estação necessitará, mais do que se abrir uma sala de obras com maior dimensão para garantir um conjunto de serviços inexistentes desde que foi feita a última intervenção, há 14 anos, quando foi feita a modernização da linha do Alentejo, sendo que a parte da bilheteira foi instalada recentemente, uma máquina automática de venda, que facilita aquilo que eram problemas pré-existentes ao nível, acima de tudo, do passe ferroviário verde, mas também da aquisição e reserva de bilhetes.
75. Relativamente aos horários e à eventual exploração da linha de Vendas Novas, que liga Vendas Novas ao Setil para passageiros, referiu que a linha sofrerá obras de ampliação em algumas zonas, que permitirá cruzamentos de comboios de mercadorias de 750 metros, mas das interações que tem tido, não está prevista a abertura à exploração de passageiros, acabando por ser dado o exemplo da última vez que tal existiu, não havia procura suficiente.

76. Mencionou que as circunstâncias mudaram e que o passe verde facilita muito esse tipo de serviços e, havendo por parte da CP algum interesse na reativação da linha de passageiros, ligando Vendas Novas à linha do Norte, obviamente que, a seu ver, a Câmara Municipal deverá estar imediatamente disponível para trabalhar nesse assunto.
77. Esclareceu que a principal preocupação do Executivo é a linha de ligação Lisboa-Évora, em que tem exigido há cerca de um ano o reforço do número de carruagens, tendo em conta que cada vez mais se tem situações em que os passageiros não conseguem fazer as suas marcações do intercidades através do passe ferroviário verde, não tendo sido permitido e a última conversa que teve com a administração da CP foi no sentido de perceber se, agora que acaba o verão, há menos circulações ou menos carruagens reservadas para o Algarve e um dos intercidades já está a ser feito com carruagens Arco e, apesar da abertura da linha da Beira Alta, se não haveria uma carruagem ou duas que pudesse reforçar o serviço Lisboa-Vendas Novas-Évora.
78. Mencionou que não lhes foi dada nenhuma certeza, apesar de ser algo que a CP quer, mas o material circulante disponível não o facilita. Mas, ainda assim, procuram novas maneiras de trazer esse assunto mais uma vez às preocupações não só da tutela, mas também da empresa.
79. Referiu que existe a questão eterna, que é uma preocupação do Executivo e também já foi transmitido, tanto à tutela como à CP, que deveria ser feito, imediatamente e prévio à abertura de exploração da ligação Évora-Elvas, um estudo de mobilidade que realmente indicasse se são ou não adequados os horários atualmente em vigor.
80. Mencionou que se deveria repensar a tipologia de serviços que Vendas Novas precisa, tanto no âmbito do novo aeroporto, como também no âmbito de aproximar Vendas Novas da área metropolitana de Lisboa, ao nível de frequência e tipologia de serviços, e nós entregaram para o efeito uma proposta ao Ministro em maio do ano passado.
81. Referiu que havendo um conjunto de questões que não podem ser vistas isoladamente na gestão da ferrovia, ao nível dos seus serviços e da infraestrutura, que estão em empresas diferentes e que muitas vezes parecem quase conflituantes. Mas pensa que seria importante olhar para a rede do Alentejo e, estruturalmente, pensar-se em cada estação, que serviços fazem falta para as populações, porque as pessoas que viajam de Beja têm uma utilização do comboio muito diferente das pessoas que viajam de Vendas Novas, que o fazem, na sua esmagadora maioria, para viagens diárias, casa-trabalho, casa-escola, e que não podem ser tratadas como se fossem meros turistas a viajar ao fim de semana.
82. A **Munícipe Vanda**, questionou se a água do Chafariz é potável ou não e se foi feita alguma análise e se está perante um problema de saúde pública.
83. O **Presidente da Câmara Municipal**, esclareceu que é um tema da competência da Junta de Freguesia de Vendas Novas.
84. **Fim do Período da Intervenção do Público.**
85. Sendo a última Assembleia do mandato de 2021-2025, registaram-se diversas intervenções:
86. O **Membro João Perdigão**, mencionou que em nome da bancada do PPD/PSD.CDS-PP e face ao facto de ser a última Assembleia, passa a ler um texto "Ao longo deste mandato, na Assembleia Municipal verificou-se um funcionamento democrático plural e responsável dos seus membros. No entanto, pretendo destacar em especial o papel do PSD nesta bancada, bem como da Vereação enquanto força da oposição, contribuindo de forma significativa, com firmeza e determinação, mas também com

sentido construtivo e que nunca perdeu de vista o superior interesse do Concelho, em vez de colocar primeiro quaisquer interesses políticos ou partidários.

87. Apesar das naturais divergências políticas e do debate político que ocorreu no decurso deste mandato, entre bancadas e com executivo municipal, que por vezes foi tenso e intenso, prevaleceu sempre o respeito pessoal e institucional, a maturidade democrática e a elevação dos membros eleitos. Esse ambiente revelou que em Vendas Novas, a Assembleia Municipal está adulta do ponto de vista democrático.
88. Parabenizo, desta forma em nome desta bancada, todos os eleitos nesta Assembleia e o contributo que prestaram no exercício da democracia local em prol de Vendas Novas. Aos que não voltarão a este órgão, depois das eleições do próximo dia 12 de outubro, a bancada do PSD de Vendas Novas deseja os melhores sucessos pessoais e políticos, se for esse o caso. Obrigado. Até uma próxima”.
89. A **Membro Sofia Rebelo**, referiu que: “hoje encerro o meu caminho nesta Assembleia Municipal com o coração cheio de gratidão. Foi uma honra representar os nossos munícipes e trabalhar com todos vós pelo bem da nossa cidade. Levo comigo o orgulho de haver cumprido e a certeza de que a política local se faz de proximidade, de respeito e de serviço. Hoje despeço-me desta responsabilidade, mas nunca do compromisso com a cidade, porque mais do que palavras ou cargos, é no dia-a-dia que se constrói um futuro coletivo melhor. Muito obrigada.”
90. O **Membro Aníbal Silva**, mencionou que: “é a última vez que estou aqui nesta casa, pelo menos para já, e queria, do fundo do coração, agradecer a todos aqueles que aqui debatemos as propostas para a nossa cidade e para o nosso Concelho. Saio hoje daqui com a sensação dever cumprido e acredito que neste mandato tivemos uma elevação aqui na discussão dos problemas da nossa terra. Dizer também, aqui com a Camarada Sofia, que me revejo nas últimas palavras que, mesmo antes de entrar aqui nesta casa, sempre defendi e sempre lutei pelo aquilo que acho que Vendas Novas precisa e merece e assim continuarei a fazer. Muito obrigado a todos”.
91. O **Membro José Leitão**, deixou um pequeno verso do Chico Buarque, que diz, “foi bonita esta festa”.
92. A **Membro Maria João Luz**, mencionou: “foi um gosto trabalhar com vocês todos. Muito obrigada. Também vai ser a minha última vez. Fiquei muito feliz de estar aqui, de os ter conhecido e obrigada por tudo o que fizeram por Vendas Novas. E aos meus camaradas”.
93. O **Presidente da Câmara Municipal**, referiu que: “Até me fica mal dizer como, depois de citar aqui Chico Buarque, referir-me àquela música do Marco Paulo na hora do adeus. Mas, acima de tudo, acho que este espírito, neste momento, acaba por ser representativo daquilo que sempre procuramos ter nestas Assembleias. Depois, na Câmara, farei as despedidas aos colegas da Câmara Municipal. Mas penso que sempre procuramos, dentro às vezes de algum nervosismo ou alguma exaltação, acima de tudo fazê-lo com respeito. Penso que, de vez em quando, todas as brincadeiras em que nós acabámos por entrar, as reflexões que fizemos, são positivas para demonstrar que nestes órgãos pode existir um pouco de tudo, mas desde que acima de tudo haja respeito, haja consideração, e acho que sempre tivemos todos, nós, muita consideração uns pelos outros.
94. Depois, quando falávamos dos temas mais políticos, podia não se notar, mas acho que nunca foi por uma questão de falta de respeito que se tenha passado aqui. E, portanto, também como é a minha última intervenção em 12 anos a participar neste Fórum, em várias qualidades, aquilo que eu gostaria de dizer é que estou certo que todos nós procuramos dar o nosso melhor à Cidade e ao Concelho. Também me ficaria mal dizer, mas acho que uns deveriam ter mais razão que outros nesse propósito, mas fizemos

sempre o nosso melhor, de consciência tranquila, penso eu, e isso é o que, acima de tudo, a política deve ou deveria ser.

95. E também, referindo-me aqui às palavras despedidas da Membro Maria João, foi um gosto também conhecer-vos a todos vós, em termo-nos cruzado, certamente saímos todos mais ricos desta experiência, deste cruzamento e confronto de ideias, mas o facto de nos termos conhecido é já algo que nos deve deixar contentes, porque um dia, quando nós estivermos lá fora, como cidadãos, não deixaremos de ser as pessoas que somos, e certamente nos iremos cruzar muita vez, falar, se calhar, de assuntos mais mundanos do que aqueles que nos trazem aqui a esta Assembleia, mas a amizade e a simplicidade com o nosso tratamento tem, esse ficará independentemente dos cargos em que nós estivermos. Obrigado a todos, aos presentes e até qualquer dia”.

96. A **Presidente da Assembleia Municipal**, referiu que: “neste momento, presidido à minha última sessão da Assembleia Municipal, não posso deixar de expressar a minha profunda gratidão. Foi uma honra estar nesta função, estive nela durante 11 anos, quero agradecer a todos os membros desta Assembleia, aos Presidentes de Junta, ao Executivo, aos Vereadores, a forma como durante este mandato e os outros nós tivemos, cada um com as suas ideias, debatemos as ideias, mas sempre com respeito mútuo e sempre por Vendas Novas, é o que é mais importante, nós estamos aqui por Vendas Novas.

97. Levo comigo a satisfação de um dever cumprido e a certeza que este órgão continuará a ser um espaço de pluralidade de algo e serviço da comunidade e dos Vendasnovenses. São 11 anos da minha vida que eu deixei aqui e que eu vos agradeço mesmo muito. Obrigado por tudo e pelos momentos que vivemos aqui dentro. Obrigada”.

98. Não tendo havido mais assuntos a tratar, foi lida, votada e **aprovada**, por **unanimidade**, a minuta da ata, tendo a **Presidente da Assembleia Municipal** dado por encerrada a sessão quando eram 22 horas e 19 minutos do dia 29 de setembro de 2025.

A Presidente da Assembleia

A 1.ª Secretária da Assembleia




ANEXOS



Moção

Em defesa dos direitos dos trabalhadores

O actual anteprojeto de reforma da legislação laboral, designado por “Trabalho XXI”, aprovado em Conselho de Ministros e em negociação com os parceiros sociais, prevê alterações profundas ao Código do Trabalho, bem como a revisão de outros diplomas conexos.

As alterações propostas visam, segundo o Governo do PSD/CDS, flexibilizar os regimes laborais considerados rígidos, promover a competitividade económica, dinamizar a negociação coletiva e estimular o emprego, especialmente jovem.

No entanto, o que este pacote realmente constitui é um retrocesso nos direitos dos trabalhadores, ao introduzir elementos de precariedade, fragilização da contratação coletiva, o regresso de bancos de horas individuais, a desregulação de horários, o enfraquecimento da proteção dos trabalhadores, entre muitos outros aspectos.

Juridicamente, algumas das propostas poderão colidir com princípios constitucionais e direitos laborais consagrados na Constituição da República Portuguesa, nomeadamente:

- Direito ao trabalho com condições que assegurem a dignidade (artigo 58.º CRP).
- Liberdade sindical e direito à negociação colectiva (artigos 56.º a 58.º CRP), entre outros.

Para além disso, e de um ponto de vista social e económico, este pacote vem trazer consequências adversas, nomeadamente: o aumento da precariedade, a degradação das condições de vida dos trabalhadores, a estabilidade laboral bem como a capacidade de consumo/poder de compra dos trabalhadores e suas famílias.

Assim, a Assembleia Municipal de Vendas Novas, reunida a 29 de setembro de 2025, manifesta a sua discordância em relação ao anteprojeto de reforma da legislação laboral “Trabalho XXI”, tal como ele foi proposto pelo Governo, porque representa uma ameaça aos direitos fundamentais dos trabalhadores, aos princípios constitucionais, bem como à justiça social.

A bancada da CDU na Assembleia Municipal de Vendas Novas

Em caso de aprovação, esta moção deverá ser enviada à Presidência da República, Presidente da Assembleia da República e forças políticas aí representadas, Primeiro-ministro, Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Conselho Económico e Social - Concertação Social, centrais sindicais CGTP e UGT, órgãos de comunicação social locais, regionais, nacionais e multimédia, Boletim Municipal, redes

S

O

C

I

A

I

S

D

O



Moção

Pela defesa do Serviço Nacional de Saúde e pela melhoria dos cuidados de saúde

A Constituição da República consagra o direito à proteção da saúde e a obrigação do Estado em garantir um Serviço Nacional de Saúde (SNS) universal, geral e gratuito.

Contudo, as políticas de sucessivos Governos têm colocado em causa este direito fundamental, através da falta de investimento no SNS, e da crescente aposta em soluções privatizadoras, que desviam recursos públicos para grupos privados.

A par disso, e sob o pretexto da proximidade, ainda temos a descentralização de competências nesta matéria, que na prática, trata-se de uma desresponsabilização do Estado Central, em que se transfere para os municípios encargos que não são acompanhados corretamente dos meios financeiros e humanos necessários.

O Município de Vendas Novas, por vontade de PS e PSD na Câmara e Assembleia Municipal vê-se confrontado com a necessidade de gerir equipamentos e serviços de saúde, bem como os recursos humanos para o funcionamento do mesmo (auxiliares, segurança, entre outros) sem dispor das condições para tal.

Interligado a isso, persistem ainda problemas graves que exigem respostas estruturais por parte do governo PSD/CDS como a falta de médicos de família e profissionais de saúde nos cuidados de saúde primários; as dificuldades no acesso a consultas de especialidade e exames; as falhas do Serviço de Atendimento Permanente (SAP) bem como os crescentes constrangimentos no Hospital do Espírito Santo de Évora, que continua sem recursos adequados e com o novo Hospital Central do Alentejo sucessivamente prometido e sucessivamente adiado.

Estas opções políticas têm fragilizado o SNS, agravando as desigualdades e penalizando de forma particular as populações do interior, como é o caso de Vendas Novas e de todo o distrito de Évora.

Assim, a Assembleia Municipal de Vendas Novas, reunida a 29 de Setembro de 2025, manifesta a sua preocupação com as dificuldades sentidas pela população do concelho e do país no acesso à saúde, resultantes da falta de investimento no SNS, e defende um SNS público, universal e gratuito. Realça ainda a sua solidariedade para com os profissionais de saúde, que asseguram com dedicação e esforço, uma resposta aos utentes, apesar das condições adversas.

A bancada da CDU na Assembleia Municipal de Vendas Novas

Em caso de aprovação, esta moção deverá ser enviada à Presidência da República, Presidente da Assembleia da República e forças políticas aí representadas, Primeiro-ministro, Ministério da Saúde, Administração Regional de Saúde do Alentejo, Conselho de Administração do HESSE, órgãos de comunicação social locais, regionais, nacionais e multimédia, Boletim Municipal e redes sociais do Município.

